

Câmaras obrigadas a desmontar parabólicas

Pág. 2



Jorge Santos apresenta propostas para código eleitoral

Págs. 12 a 14

ECONOMIA

Pág. 3

TACV PREPARA DESPEDIMENTOS

FUTEBOL

Lance

AFRICANOS USAM CABO VERDE PARA IR À EUROPA



TRAGÉDIA NO SAL

A história completa

In Suplemento

A pensar em si, na sua família e nos seus bens,

a **GARANTIA** concebeu soluções adequadas de protecção

para que desfrute em pleno do seu quotidiano.

Garantia Lar • Automóveis • Acidentes Trabalho • Empregada Doméstica • Seguro de Vida • Seguro de Viagens • Seguro de Assistência em Viagem



GARANTIA
SEGUROS

SEGUROS PARA PARTICULARES

mais perto de si

As câmaras municipais vão ser obrigadas a cessar a retransmissão de conteúdos de canais de TV internacionais, o que vêm fazendo através das dezenas de antenas parabólicas que têm espalhadas por todo o país. A Direcção-Geral de Comunicação Social enviou, na passada semana, uma nota à ANAC, com conhecimento da PGR, na qual pede à agência de comunicações que mande as autarquias desactivar as parabólicas, por estarem a infringir uma série de leis: operam sem licença, não têm autorização dos canais para a retransmissão dos conteúdos e, pior, são acusadas de “roubo” de frequência.



Estado pode ser processado a qualquer momento devido a direitos autorais

Câmaras intimadas a desmontar parabólicas

Pode estar à beira do fim a emissão das telenovelas da SIC, partidas de futebol na SportTV, *reality shows* da TVI e filmes da Lusomundo, tudo visto, de borla, em todo o país. É que a Direcção-Geral da Comunicação Social, entidade que atribui as licenças de difusão de conteúdos, mandou a Agência Nacional de Comunicações (ANAC), em nota endereçada também à Procuradoria-Geral da República, cancelar a retransmissão de canais estrangeiros por parte das autarquias, o que deve acontecer até ao final deste mês. A proibição é extensiva a todos os particulares que, tal como os municípios, vêm proporcionando aos cabo-verdianos o acesso aos mais diversos canais estrangeiros, actividade considerada ilegal pela DGCS.

A explicação é que, além de estarem a fazer concorrência aos vários canais já licenciados para emissão em sinal aberto ou por assinatura, as câmaras municipais estarão a infringir uma série de leis. “Primeiro: não têm licença para operar neste sector, portanto, estão a funcionar de forma ilegal. Aliás, as autarquias não têm vocação para isso. Quando muito poderão criar uma empresa que se ocupe desta área ou atribuir esta tarefa a uma associação, como acontece com as muitas rádios comunitárias. Mesmo assim terão de pedir autorização à DGCS e depois submeter o pedido à ANAC para a atribuição de frequência. Mas não, em nenhum momento o fizeram, mesmo depois de avisadas”, comenta o director-geral da Comunicação Social.

Segundo Eugénio Martins, outra ilegalidade tem a ver com o facto de os municípios não possuírem autorização dos donos dos canais para a sua retransmissão em Cabo Verde, pois na maioria dos casos são conteúdos com direito de transmissão apenas para o território português. “Foi por esta razão que nem a CVMultimédia, nem a chinesa CVXTV conseguiram autorização, por exemplo, da SIC, TVI ou SportTV para a difusão dos seus conteúdos em Cabo Verde. Daí a reclamação também da CVMultimédia quanto às parabólicas das câmaras”, continua aquele responsável, para quem o mais grave de tudo é que, para retransmitir os sinais, as autarquias utilizam frequências não autorizadas pela ANAC. O que, em termos práticos, pode ser visto como “roubo” de frequência – contra-ordenação punível com coima ou mesmo confiscação dos equipamentos – situação que poderá originar interferências com outros canais e até mesmo intrometer-se nas comunicações aeronáuticas.

O director-geral de Comunicação Social revela ainda que, por causa das parabólicas das câmaras municipais, o Estado de Cabo Verde poder ser severamente penalizado a nível internacional. “Primeiro por causa das muitas convenções que assinou, no domínio da difusão de sinais. E, depois, há a Organização Mundial do Comércio, grande defensora dos direitos de autor, pelo que a manter-se esta actividade das autarquias estaria comprometida a entrada de Cabo Verde na OMC”, explica Eugénio Martins,

salientando que por semelhante postura Angola foi multada no ano passado.

A bem ou a mal

“Portanto, vamos ter que fazer cumprir a lei”, avisa Martins, antes de acrescentar que os únicos culpados por esta situação são as próprias câmaras. “Aquando do lançamento do concurso público para atribuição de licenças a canais em sinal aberto, advertimos os municípios de que tinham 45 dias para solicitar à DGCS o pedido formal de retransmissão, com os projectos de cobertura e apresentar os documentos em como têm autorização dos donos dos canais para a sua difusão no arquipélago. Não o fizeram, pelo que somos obrigados a agir. A nossa parte (administrativa) já fizemos, ao solicitar à ANAC o cancelamento das retransmissão por parte das Câmaras. Agora, tudo depende da rapidez com que a ANAC vai actuar”.

Contactado por **ASemana**, o presidente do CA da Agência de Comunicações limitou-se a dizer que a sua instituição está a preparar o dossier, antes de abordar os municípios. “Por isso não lhe posso avançar uma data certa para as câmaras cessarem as retransmissões”, diz David Gomes.

Em todo o caso, este jornal sabe que a ANAC, entidade responsável pela atribuição de frequências, já começou a contactar os presidentes das câmaras municipais, tentando, por ora, dissuadi-los para uma solução mais pacífica. Em último caso de desobediência, as autar-

quias poderão ir parar ao banco dos réus. O mesmo sucederá a particulares que dão “boleia” a amigos ou que cobram para levar os mais diversos canais de televisão às casas dos cabo-verdianos.

Enfim, o prazo para as câmaras começarem a desmontar as parabólicas é, ao que parece, curto: menos de um mês. Resta saber é se a população, habituada aos canais lusos, se resignará a ver apenas a TCV, RTP África, TV5, CNN (esta a emitir desde o início do ano) e as prestes a chegar em pleno – TIVER, RTI e Record.

Refira-se, a esse propósito, que os canais em sinal aberto vão ter um forte controlo quanto aos programas que difundem. **A Semana** sabe que as autoridades estão a trabalhar para que as estações de televisão, e inclusive as emissoras radiofónicas, passem a respeitar os direitos autorais e de difusão, ou seja, serão obrigadas a divulgar ou emitir filmes ou espectáculos musicais para os quais tenham autorização dos donos. O mesmo será dizer que, à semelhança do que acontece em todo o mundo, as televisões em Cabo Verde não poderão divulgar programas, filmes, novelas ou musicais que alugam nos vídeo-clubes. O mesmo se passa com as músicas que emitem sem pagar nada por isso.

De notar ainda que recentemente a ANAC emitiu um comunicado no qual avisa os cabo-verdianos para não comprarem antenas parabólicas a empresas que vêm operando, ilegalmente, no país como pseudo-representantes da TV Cabo portuguesa.

Herminio Silves

Despedimentos na TACV

- Empresa quer reduzir 20 por cento do pessoal -



O director-geral da TACV vai avançar com os despedimentos na empresa. A data do arranque do processo ainda não está definida, mas Gilles Filiatreault já comunicou aos funcionários que quer reduzir o número de trabalhadores existentes, de modo a melhor preparar a companhia para a sua privatização dentro de um ano. Neste momento, o Sitthur está a analisar com os seus associados o melhor cenário, já que o CA da TACV desenvolveu um programa de abandono voluntário para quadros efectivos.

Vai haver despedimentos na TACV daqui até ao final deste ano. A administração da Sterling Merchant, empresa norte-americana que está a gerir a transportadora nacional até à sua privatização, anunciou já um programa de corte de pessoal que promete bulir com toda a estrutura da empresa. Através de um comunicado emitido no dia 2 de Fevereiro, o director-geral da TACV, Gilles Filiatreault, informou todos os trabalhadores que “por razões estratégicas e de preparação para a privatização da companhia, (a TACV) será obrigada a fazer alguma redução no número de trabalhadores existentes”.

Embora não tenha avançado o número de funcionários a serem despedidos, **A Semana** sabe que a intenção da Sterling é reduzir 20 por cento dos trabalhadores, quer dizer, das mais de 800 pessoas que a empresa emprega cerca de 170 irão para casa até ao fim deste ano. E, em princípio, as maiores reduções deverão ocorrer nas áreas não-operacionais – os departamentos comercial, financeiro e administrativo –, pelo que, atestam as nossas fontes, os sectores de Operações e da Manutenção verão sair menos trabalhadores.

O certo é que este corte de pessoal, segundo a nota de Gilles Filiatreault, será feito com base na “análise das funções existentes na companhia e tendo em conta as necessidades de cada área. Para os quadros efectivos da Companhia está a ser desenvolvido um programa de saída voluntária”. Ou seja, Filiatreault, dentro das suas competências, não pretende renovar os muitos contratos a prazo – a não ser que haja necessidade para tal num ou noutro caso – e está disposto a negociar as indemnizações com quem queira sair de livre vontade. Aliás, no comunicado divulgado no início do mês, o novo homem-forte da TACV revela que já informou o sindicato sobre esta sua pretensão e quer que o Sitthur apresente a proposta que achar mais conveniente, “de modo a assegurar que os interesses dos trabalhadores, e da companhia, sejam salvaguardados”.

Este é também o primeiro objectivo do Sitthur neste processo: garantir a segurança dos funcionários. “Vamos seguir de perto todo o desenrolar deste processo para que os trabalhadores se sintam seguros. E o nosso principal intento é

defender os postos de trabalho, ou seja, estamos a trabalhar para que os trabalhadores permaneçam nos seus postos de trabalho”, assegurou ao **A Semana** o presidente do sindicato.

Carlos Lopes, entretanto, não descarta a hipótese de apresentar uma proposta alternativa. “Tendo em conta as particularidades da TACV, não seria descabido avançar-se com um Projecto de Reforma Antecipada”, perspectiva aquele sindicalista, que está neste momento a “auscultar os trabalhadores, com vista à melhor solução e mais consensual”. Outra preocupação do sindicato é para que a Sterling “não caia no risco de despedir só por despedir, isto é, despedir agora para contratar outros depois. Sugerimos à direcção da empresa que trate este dossier com muita ponderação”.

Lopes sublinha que o seu sindicato se tem reunido frequentemente com a nova direcção da companhia aérea para discutir vários assuntos laborais. Por isso, diz, as propostas do Sitthur sobre este corte de pessoal já são do conhecimento do novo director-geral. “De todo o modo, estamos a ouvir os trabalhadores e esperamos

apresentar à Administração da TACV, já na próxima semana, uma proposta formal dos trabalhadores”, anuncia.

Até certo ponto, esta redução do pessoal na TACV já havia sido prevista desde há muito pelos sectores mais pessimistas. As previsões apontavam inclusive para um corte de quase metade dos trabalhadores, tendo em conta todo o processo de reestruturação da companhia. A empresa possui, neste momento, mais de 800 funcionários, e, de acordo com um texto do próprio site da Sterling Merchant, a TACV nem sequer precisa de 300. Isto, dizia o texto, com “base no rácio que gere o mundo da aeronáutica civil”. O que não quer dizer, contudo, que os despedimentos chegarão a tal ponto.

De qualquer forma, a medida não deixa de ser contraditória, já que o próprio ministro das Infra-estruturas e Transportes, Manuel Inocêncio Sousa, havia dito aquando da assunção da TACV pela Sterling que a reestruturação da companhia não tinha, necessariamente, de passar pela dispensa de pessoal, tendo em conta os desafios que se colocavam à expansão da mesma. Afinal, tem.

HS

Desemprego cai 3,3 pontos percentuais



Em Outubro de 2005 havia cerca de 40 mil desempregados em Cabo Verde. Agora são 35 mil

asemana Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2007

Actualidade

A taxa de desemprego em Cabo Verde caiu 3,3 pontos percentuais, ou seja, de 40 mil desempregados em 2005, o número de cabo-verdianos sem trabalho baixou para cerca de 35 mil. De acordo com o Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB), do INE, o índice de desemprego na semana de 7 a 13 de Junho do ano passado foi de 21,1 por cento, quando em Outubro de 2005 (última actualização dos dados) estava em 24,4 por cento.

O QUIBB adianta que em 10 dos 22 concelhos de Cabo Verde, a taxa de desemprego é superior à média nacional, com destaque para São Miguel (35,1%), Porto Novo (33%) e Tarrafal de Santiago (30%), que apresentam os maiores níveis desse indicador. Boa Vista aparece no extremo oposto, com menor índice de desempregados, 7,8%. Seguem-se-lhe os concelhos do Sal e de São Salvador do Mundo com 8,9 e 8,6%, respectivamente, de pessoas sem trabalho.

O desemprego continua a afectar particularmente os jovens, muito embora estes resultados provisórios indiquem uma quebra na taxa a nível nacional e para o conjunto da população. Assim, revela o QUIBB, mais de metade dos cabo-verdianos desempregados (56%) tem idade entre 15 e 24 anos e cerca de 76% está entre a idade da adolescência e a maturidade dos 34 anos. São Salvador do Mundo, Santa Cruz, Tarrafal de Santiago, São Lourenço dos Órgãos e São Domingos são os concelhos onde a proporção de desempregados jovens é maior. Nesses concelhos, entre 62 e 80% das pessoas sem emprego tem idade entre 15 e 24 anos.

Por sexo, nota-se que as mulheres continuam a ser as menos preferidas no mercado de trabalho, ou seja, o desemprego afecta 28% das mulheres e 15% dos homens.

Considerando o nível de instrução (que frequentaram ou estão a frequentar), cerca de 32% das pessoas com nível secundário activas estão desempregadas. A falta de trabalho é um problema para 16% das pessoas com ensino básico/alfabetização, 17% para cabo-verdianos sem instrução e 9% para os indivíduos com nível médio – a maioria das pessoas com nível secundário está em idade activa.

O QUIBB acrescenta ainda que 19 por cento dos cabo-verdianos com ensino superior, ou seja, pessoas que estejam a frequentar ou já concluíram a licenciatura, estão no desemprego. Essa taxa relativamente elevada para os níveis de instrução mais altos deve-se, segundo o inquérito do INE, cada vez mais à pressão sobre o mercado de trabalho dos estudantes a frequentarem aqueles níveis.

Seja como for, em Cabo Verde os desempregados têm principalmente o nível secundário (47%), cerca de 0,7% tem nível médio e 4% tem nível superior, o que quer dizer que a maioria (51%) dos indivíduos sem trabalho tem nível secundário ou pós-secundário.

São Vicente é o concelho onde é mais expressiva a presença de pessoas com nível superior entre os desempregados (7,2%). Logo atrás está a cidade da Praia (6%).

Segundo o QUIBB-CV a Taxa

Líquida de Actividade (TLA), a nível nacional, é de 63%, sensivelmente igual à de 2005. Dito de outro modo, de cada 100 pessoas de 15 anos ou mais, 63 constituem força de trabalho, ocupados ou no desemprego. Sal é o concelho com a mais alta Taxa Líquida de Actividade (75%) cerca de 12 pontos percentuais acima da média nacional, e no outro extremo está o concelho de Ribeira Brava de São Nicolau (52%).

A maioria da população activa (53%) tem nível equivalente ao ensino básico/alfabetização, 31% tem nível secundário e 4% tem nível superior. Na Praia cerca de 8% da população activa tem nível superior, São Vicente e o Sal andam nos 5%.

Dada sua delicadeza a taxa de desemprego tem sido fonte de controvérsia entre as principais forças políticas e o governo. Basta recordar que aquando das últimas eleições, em Janeiro do ano passado, o MpD elegeu esse assunto como uma das suas bandeiras apontando para uma taxa de 30%, enquanto o PAICV contrapunha com uma previsão em torno dos 24%. De todo o modo, apesar desta redução ora apurada pelo QUIBB, não deixa de ser significativa, para não dizer preocupante, o facto de o índice actual girar em torno dos 20%. Longe ainda de um dígito prometido pelo governo para esta legislatura.

José Brito no Dubai

O ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, José Brito, encontra-se no Dubai, numa viagem que inclui também uma passagem pela Tunísia, país com larga experiência no campo do turismo e da imobiliária.

O ministro da Economia, Crescimento e Competitividade encontra-se em visita de trabalho ao Dubai, emirado do Golfo Pérsico, conhecido pela sua pujança económica e financeira. Os seus arranha-céus futuristas e o seu elevado nível de vida, decorrentes da exploração do petróleo, são hoje algumas das marcas do Dubai.

Por aquilo que **A Semana** conseguiu apurar integra também a delegação de José Brito, o presidente da Cabo Verde Investimentos, Victor Fidalgo. Um dos objectivos da missão é “aprofundar as negociações com o Grupo Profile”, promotor do projecto Cesária Resort, a construir em São Vicente e que, quando pronto, deverá ser um dos mais importantes projectos imobiliários e turísticos do país – o projecto completo chega a 1,2 milhões de dólares.

“Esta deslocação ao Médio Oriente será aproveitada para possíveis contactos com outros grupos de investidores privados, com vista a situar Cabo Verde na órbita dos seus interesses”, diz uma fonte da CI.

Além do Dubai, **A Semana** sabe que a agenda de José Brito inclui também uma passagem pela Tunísia, país com uma larga experiência turística na zona do Mediterrâneo. Por isso, tudo leva a crer que em Tunis, aquele governante, mais os elementos que integram a sua missão, irão também manter contactos vários, sendo a Tunísia, saliente-se, sede de algumas importantes instituições financeiras internacionais, entre elas o Banco Árabe de Desenvolvimento (BADEA), organismo que tem financiado alguns programas em Cabo Verde.

O regresso de José Brito a Cabo Verde está previsto para o início da próxima semana, provavelmente na segunda ou terça-feira. Esta é, por sinal, a sua segunda deslocação ao exterior, depois de assumir o Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, em Dezembro último. A sua primeira deslocação tinha sido a Washington, sede do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.



Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2007

asemana



ANTÓNIO NEVES

Nos dias de hoje, o povo cabo-verdiano, salvo raras exceções, orgulha-se em ostentar a sua condição de democrata. Não obstante isso, há sempre quem persiste em ignorar essa realidade, mas apenas quando estão em jogo interesses pessoais. E, por estranho que pareça, as exceções partem de onde menos se espera. Infelizmente, conta-se, no seio desse pequeno rol, um ou outro dirigente político que, em certos momentos, não resiste em insinuar, perante a população, a sua posição de privilegiado, facto inaceitável nesta sociedade.

Todavia, ao aproximarem-se os períodos eleitorais e da ida às urnas, tais políticos mudam o seu comportamento de forma radical. Tratam o eleitorado (que é quem encarna e dá corpo, verdadeiramente, à democracia) com especial deferência, ao contrário do que acontece nos períodos de "defeso", i.e., nos espaços intermédios entre as eleições. Não se sabe se por malícia ou se, de facto, por simpatia e respeito, nos momentos de "caça ao voto" até correspondem aos cumprimentos dos eleitores com uma espécie de continência, passando de "oito para oitenta".

Feita esta chamada de atenção no exercício da minha cidadania, entro, seguidamente, no objecto deste artigo.

Há muito que se ouve queixar de que os períodos de "defeso eleitoral" têm uma longevidade curtíssima, devido à calendarização das eleições que parece ter a periodicidade que tem apenas por simples descuido. É provável que aquando das primeiras eleições ocorridas no país independente, ninguém se lembrou de eventuais inconveniências que pudessem advir das estreitas proximidades entre os actos eleitorais. Como exemplo, no momento em que ainda há ex-candidatos a derramarem lágrimas sobre o "leite derramado" nas eleições legislativas e

JÁ NÃO É SEM TEMPO!!!

presidenciais de 2006, já se está, oficialmente, em plena pré-campanha para as próximas eleições autárquicas, que, por sua vez, terão lugar dentro de um ano, aproximadamente.

Mas o mais estranho ainda é o facto de os que mais barafustam sobre o processo eleitoral, que consideram inadequado, serem os mesmos que, invariavelmente, têm vindo a escusar-se à viabilização de uma revisão dos instrumentos que possam contribuir para alterar a insustentável situação que dizem existir, e que é da responsabilidade de quem elaborou o actual Código Eleitoral, deixando nele os supostos flancos de que se fala, inadvertidamente ou não, e a fez aprovar porque tinha "a faca e o queijo entre mãos".

A ideia que se tem vindo a transmitir para o consumo da opinião pública é a de que, em relação à Lei Eleitoral em vigor, as coisas estão de tal forma "encrencadas" que não há remédios que consigam remediar a situação. Por isso é necessário (como os próprios partidos políticos reconhecem) que esse Diploma sofra, quanto antes, um tratamento de fundo, que passará por uma revisão que terá em conta, nomeadamente, a feitura de um recenseamento eleitoral geral, de raiz. É assim que os recentes encontros entre o primeiro-ministro e o líder do maior partido da oposição deixam antever fortes perspectivas de consenso nessa matéria. Oxalá seja desta que as coisas se resolvam a contento de todas as partes envolvidas, porque já não é sem tempo!

Nessa mesma linha, convém ter presente que embora se tenha estado a ventilar a hipótese de um reajustamento das datas eleitorais cabo-verdianas, até esta não passou de conjecturas. Não me lembro, aliás, de ter havido iniciativas de busca de consenso entre os partidos com assente parlamentar, e não só, nesse importante domínio que é uma matéria bastante abrangente. Contudo, tudo faz crer que o entendimento que actualmente se desenha entre os dois maiores partidos, PAICV e MpD, no sentido de se mexer em tudo o que diz respeito às reformas que estão pendentes, em especial da CR e do CE (há razões que fazem crer que essa premissa não será mais adiada), é para valer. Isso, se se quiser, põr cobro

às lamúrias e acabar com as choramingas periódicas, que acontecem na sequência das eleições ocorridas no decurso desta década e que tiveram o seu "ponto alto" há cerca de um ano! Acredita-se, por conseguinte, que o momento é propício para um amplo pacote de revisões e, já agora, também para a determinação de espaços de tempo maiores entre cada uma das eleições legislativas, presidenciais e autárquicas. São tarefas difíceis, mas não podem ser adiadas *sine die*.

Independentemente de opiniões avulsas que abundam, na maioria das vezes exteriorizadas sem uma adequada fundamentação, é indispensável que os deputados e os dirigentes políticos, de uma maneira geral, encarem a situação das revisões com a seriedade que merecem. Não se esquecendo, sobretudo, que isso só será possível quando os altos dignitários nacionais se capacitarem de que não poderão continuar a adiar, eternamente, uma tarefa tão essencial para a ultrapassagem de factores que o tempo se vai encarregando de transformar em verdadeiros empecilhos, em quase todos os domínios da vida nacional.

Quando se fala, p.e., da CR de 1992 (que completa agora 15 anos), raras vezes se lembra que até hoje ela apenas sofreu a revisão ordinária de 1999, ou seja, só foi mexida sete anos depois da sua aprovação e entrada em vigor. No entanto, de acordo com o nº1 do artº 281 da própria CR: "A Assembleia Nacional pode proceder à revisão ordinária da Constituição decorridos cinco anos sobre a data da publicação da última lei de revisão ordinária". Nem podia ser doutro modo, uma vez que, nesta era meteórica em que vivemos, manter tal instrumento intocável por mais que um lustro, é o mesmo que considerar que o País estagnou, que não houve evolução que justificasse alterações da Lei-mãe cujo papel no avanço e desenvolvimento do País é primordial.

Tendo a actual CR sido revista sete anos depois da sua aprovação, por iniciativa de um partido na altura suportado por uma maioria qualificada, é legítimo e natural pensar-se, oito anos depois, em que há maior equilíbrio de forças no parlamento, que é chegado o momento para que uma segunda revisão ordinária, e profunda se necessário for, seja levada

a cabo. Sem isso, Cabo Verde não terá "pano para a manga" para as reformas que se impõem e busca de expansão e enquadramento nos designios impostos pela globalização.

Por outro lado, creio que num contexto em que o país está empenhado na procura de "âncoras" que possam contribuir para a nossa inserção, de forma efectiva, nessa nova "aldeia global", não seria descabido que a questão das parcerias fosse levado em conta na próxima revisão constitucional, desde que os entendidos na matéria julgassem conveniente (e constitucional!). Na minha modesta opinião, aquilo que já se encontra consignado no artº 11 da CR, de forma implícita, e que trata das nossas Relações Internacionais, poderia ser objecto de uma maior clarificação, no sentido de se dar maior abrigo ao badalado caso de Parceria Especial com a União Europeia (e outros) que está na ordem do dia e a ganhar contornos de algo que tem pernas para andar. Julgo que, para tal, bastaria que se aditasse mais um número específico aos três que compõem o referido artigo.

O que quer que seja que se vier a fazer em matéria de revisão, seria "ouro sobre azul" que fosse dado prioridade, nesta fase, ao Código Eleitoral por razões óbvias. Embora não me pareça, devido a exiguidade do tempo, que os resultados possam ter efeitos práticos já nas próximas eleições autárquicas, a menos que se carregue desde já no "acelerador". Trata-se de um aliciente desafio, e o eleitorado agradece!

Finalmente, os Autarcas em exercício e os eventuais novos candidatos, bem como os "Instaladores", já andam a fazer contas à vida: uns na expectativa de concorrerem a mais um mandato, outros contando ganhar o seu primeiro mandato, estando uns e outros a pensar em novos desafios. Os primeiros, por considerarem necessário dar continuidade aos trabalhos que iniciaram; os segundos, talvez por pretenderem mudar de vida; os últimos, por terem tido a honra de instalar os novos Municípios, é legítimo submeterem-se ao sufrágio directo dos seus munícipes, não só para testarem os resultados do seu esforço, como, também, com o objectivo de tentarem corrigir alguma tarefa menos conseguida durante a fase da instalação. É esperar para ver!



TOYOTA

Cabo Verde Motors, S.A.

Tel.: 263 4070

Fax: 263 3589



Grupo Salvador Caetano

NOVO

O MOMENTO DA VERDADE

Para uma empresa passar a ser orientada para o cliente, os empregados vão ter de mudar. Mas a iniciativa parte dos executivos”.

JAN CARLZON



ANTÓNIO LUDGERO CORREIA

asemana Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2007

Opinião

«O prazer de viajar bem»,
ou «A sua satisfação
ou o seu dinheiro de
volta» não rimam com a
ausência de gestão de
risco.

Era uma vez um muito conhecido e bem estabelecido homem de negócios cabo-verdiano chamado Lopes. Estava instalado num hotel da Capital. Aproximando-se o termo da sua estada na Capital ele e um colega dirigiram-se aos balcões dos TACV, fizeram reservas para uma viagem que começaria 15 dias mais tarde e fizeram questão de adquirir os bilhetes na hora. Tudo feito, o empresário Lopes sacou do seu livro de cheques e emitiu um cheque no valor que lhe tinha sido indicado pela empregada da companhia.

– Desculpe lá, senhor Lopes, mas não aceitamos cheques que não estejam visados – atalhou a empregada.

– Mas como visar o cheque se só agora sei o montante a pagar pelos bilhetes? – questionou o senhor Lopes.

– Normas da casa, seu Lopes. Eu o conheço bem, sei que o seu cheque é firme, mas regras são regras – justificou-se a empregada.

– Mas, minha senhora, eu só viajo daqui a quinze dias. Até lá, se o cheque não tiver cobertura, bem podem cancelar as reservas, o bilhete e tudo. A companhia nada tem a perder – contemporizou o senhor Lopes.

– Vá lá. Desampare-me a loja que há mais clientes e já estão ficando impacientes – proferiu a empregada de forma desabrida.

– A senhora... – começou o senhor Lopes.

– Senhorita, se faz favor – interrompeu a empregada com cara de caso.

– Desculpe, senhorita. Só queria deixar consigo esta revista para que lesse em casa, quando estiver a descansar. Tome isso como um pedido de desculpas.

– Está bem – aceitou a empregada a contra-gosto.

– Só mais uma coisa, senhorita. Leia o artigo da página 26 e seguintes, por favor. Muito obrigado.

Reparei que se tratava do número de Janeiro da revista *Executive Digest*. Chegado à casa corri para o meu exemplar da revista, que esperava pela segunda volta de leitura (começo sempre por um *survol* sobre os títulos mais sugestivos, sem prejuízo de novas incursões exploratórias) e vooi directamente para a página 26. E lá estava um pequeno condensado do livro de JAN CARLZON. Começava assim:

«ERA UMA VEZ UM HOMEM de negócios americano chamado Rudy Peterson. Estava instalado no Grand Hotel, em Estocolmo. Certo dia, depois de ter feito o check-out, ele e um colega seguiram para o aeroporto de Arlanda, a norte de Estocolmo, para apanhar um avião da SAS – a companhia aérea escandinava – com destino a Copenhaga. Quando chegou ao aeroporto, Rudy Peterson apercebeu-se de que tinha deixado o bilhete no hotel. Pousara-o na cómoda para vestir o casaco e esquecera-se dele. Diante desse facto, Rudy Peterson rendeu-se à evidência de que ia perder o avião e a reunião em Copenhaga. Porém, quando explicou o caso à hospedeira de terra, teve uma boa surpresa. “Não se preocupe,

Sr. Peterson,” disse ela com um sorriso. “Aqui tem o seu cartão de embarque. Vou dar-lhe um bilhete temporário. Diga-me só o número do seu quarto no Grand Hotel e o seu destino em Copenhaga, que eu trato do resto.” Enquanto Rudy e o colega aguardavam na sala de espera, a hospedeira ligou para o hotel. Um empregado foi ao quarto e encontrou o bilhete – exactamente onde o Sr. Peterson disse que o tinha deixado. A hospedeira mandou um estafeta da SAS recolhê-lo ao hotel. O assunto foi tratado com tanta rapidez que o bilhete chegou mesmo antes do voo partir. Qual não foi a surpresa de Rudy Peterson quando o comissário de bordo se dirigiu a ele dizendo: “Sr. Peterson? Aqui tem o seu bilhete.”

JAN CARLZON remata a narrativa com estas considerações:

«O que teria acontecido numa companhia aérea tradicional? Quase todas têm uma regra bem definida: “Ninguém embarca sem bilhete.” O mais certo era a hospedeira limitar-se a informar o seu superior do caso – mas Rudy Peterson decerto acabaria por perder o avião. Graças à forma como a SAS lidou com a situação, ele não só ficou bem impressionado como conseguiu chegar a tempo à reunião.»

E eu questiono:

– O que teria acontecido numa companhia como os TACV? Se a hospedeira de terra rezasse pela cartilha da senhorita da agência da companhia, o mais certo seria o senhor Rudy Peterson levar um bom raspanete para aprender a não desconversar. “Onde já se viu esquecer o bilhete em quarto de hotel? Passa fora!” E o mais que as regras permitissem.

No momento está todo o mundo atento ao que se passa na transportadora aérea nacional. O senhor Gylito foi precedido da fama de gestor preocupado com a qualidade, a produtividade e a competitividade.

Quando assisto à cena da recusa de aceitação de um cheque de um conceituado empresário da praça, para pagamento de um serviço que só seria prestado meio mês depois (havendo, portanto, possibilidades de se cancelar o bilhete em caso de falta de cobertura do cheque) fico preocupado. «O prazer de viajar bem», ou «A sua satisfação ou o seu dinheiro de volta» não rimam com a ausência de gestão de risco. E nem havia qualquer risco envolvido em uma operação nas condições da do empresário Lopes. E então a arrogância e a málcriação... E então – tudo encadeado – cai-me nas mãos o último número da *Executive Digest* com sugestões claras de uma orientação para o cliente quando o *métier* é a prestação de serviços. Que diferença!

Mudar uma empresa como os TACV não é tarefa fácil para ninguém. Mudar as regras, afinar as tecnologias, transformar a mentalidade do pessoal (para servir bem, para poupar, para produzir mais, para assumir a empresa como «coisa» sua) são tarefas que levam o seu tempo. Mas se há coisa que tem que ser trabalhada com urgência e persistência

é a questão do pessoal.

O rosto da companhia não é a do senhor Gylito. É o do empregado da agência que atendeu o senhor Lopes; é o da hospedeira de terra que atende os senhores Rudys Peterson da vida; o da hospedeira de bordo que tem a missão de nos garantir o «prazer de viajar bem»; são os pilotos da companhia que nos transmitem a sensação de segurança; etc..

Por mais que o senhor Gylito faça (e espera-se que opere um verdadeiro milagre), se não conseguir mudar a cara feia da senhorita dos bilhetes, a imagem da companhia continuará me baixa. E a imagem da companhia é mais um activo da empresa. Por mais reformas que o senhor Gylito conduza, se os atrasos se mantiverem (ele não saberá, mas os TACV já foram baptizados como os Transportes *Atrasados* de Cabo Verde, não é *Manel*?) a imagem da companhia continuará em baixa. E a pontualidade – ou a explicação séria e responsável dos adiamentos – é outro capital da empresa. Por mais que o senhor Gylito revolucione a empresa, se a companhia continuar a surpreender os clientes (pela negativa, obviamente) a sua credibilidade continuará abalada. Já aconteceu comigo (e espero que não tenha acontecido muitos mais casos) ter comprado o bilhete, com reserva confirmada, e ter sido surpreendido com o cancelamento abusivo da reserva. Para que o meu filho não perdesse as primeiras aulas no estrangeiro, fui obrigado a pedir favores (o que me custou mais) para conseguir um lugar na classe executiva e a pagar um diferencial de quase 18.000\$00. E tive que ouvir o conselho brutal, vindo de uma funcionária da administração, que dizia que era bem feito, já que não conseguíamos aprender que “lugares garantidos para Fortaleza, só com bilhetes adquiridos na agência da companhia”. Se reclamei? É claro que apresentei uma reclamação! Responderam-me? É claro que não!

Sabemos que Cabo Verde não é a Suécia e que a África não é a Escandinávia; Cabo Verde não é o Canadá, nem a África a América. Por isso não espero uma companhia como a SAS, nem atendentes ou hospedeiras como as do livro do escandinavo Jan Carlzon. Mas na «Hora H: momento da verdade» estão os TACV, está o senhor Gylito, estamos todos nós. E nessas horas, ou as estruturas, as normas, as tecnologias e os Recursos Humanos são objectos de um *upgrade* substancial ou o destino será, forçosamente, o escoamento pelo ralo da falência. E é bom que fique claro que, em alturas como essas, *bye-bye* emprego, *bye-bye* regalias, *bye-bye* greves e *lock out*, *bye-bye* company. Não fica nada para ninguém!

O escandinavo Jan Carlzon tirou a SAS da falência através de uma ideia simples: inverter a pirâmide hierárquica e criar uma empresa totalmente voltada para o cliente. Estará a nossa gente preparada para alinhar com o senhor Gylito e para dar o salto?

BEM-VINDOS AO CALDO DE CULTURA

Cabo Verde não merecia uma coisa deste tipo.

Giulio Saiani, pai de uma das jovens italianas assassinadas no Sal

Depois de ter assistido ao concerto de lançamento do CD "Caldo de Rabeca", quarta-feira passada, no Centro Cultural Português, as interpretações magistrais de Lela Violão, Martin Schoefer e Meca Lima, o meu ânimo para hoje era escrever sobre essa excelente caldeirada musical. E de grupos como os que acompanham Mayra Andrade, Lura, Tito Paris e outros artistas cabo-verdianos de renome, exemplos dessa mistura de várias proveniências, que só enriquecem a nossa música. Afinal, reflectem o que é a essência desta gente, de génese diversa, mas que fundida no cadinho das ilhas, resultou neste povo crioulo, apontado como um dos melhores exemplos de miscigenação. Pretendia igualmente fazer referência a ritmos musicais de origens distantes mas que se tornaram tão genuinamente cabo-verdianos como a contradança, a mazurca, o lundum ou a polca.

Com os deploráveis acontecimentos de há uma semana, no Sal, estas linhas podem até ser menos musicais, mas lanço um desafio a todos, turistas em particular: bem vindos ao caldo de cultura que é Cabo Verde! E aproveito para endereçar as mais sentidas condolências aos familiares das vítimas e citar o apelo efectuado por Renzo Rusato, pai da jovem Geórgia, durante a marcha de

solidariedade: "*Espero que as imagens desta caminhada também corram o mundo para que possam ver que estes rapazes não representam o que são os cabo-verdianos e que este povo também está triste com o que aconteceu.*"

Esta terra continua a ser de morabeza, de paz, de tolerância, de estabilidade política e de gente acolhedora. Infelizmente, no melhor pano cai a nódoa e é bom esclarecer que esse comportamento não caracteriza o povo destas ilhas, esperando-se que tudo seja feito para que essas situações não se repitam. E se este país figura em lugar de destaque no roteiro turístico internacional, isso deve-se em grande parte à preferência dos italianos por estas paragens. São dos maiores investidores na área do turismo e os transalpinos elegeram estas ilhas como um destino privilegiado, particularmente para a prática do windsurf, como era o caso dessas jovens. O que aconteceu com elas merece o total repúdio e acreditamos que a justiça será feita.

Mas sem confundir as coisas. Ninguém pensa, por exemplo, que todos os italianos são mafiosos ou que as cenas de violência ocorridas recentemente nos seus estádios de futebol constituem uma variedade desportiva de luta

livre. Nem algumas ligações menos claras entre o futebol e a política ou a adulteração pontual de resultados de futebol (descoberta depois do último campeonato mundial) tiram o brilho ao jogo limpo, num desporto em que os italianos são dos melhores executantes a nível planetário. A amizade entre estes dois povos é antiga, resultando num conhecimento mútuo e profundo. Naturalmente, não deve haver espaços para aproveitamentos no sentido de manchar a imagem de um país que muitos italianos ajudaram a construir, pedra a pedra, literalmente.

Tal é o caso do Padre Jesualdo, falecido há menos de um mês, com 84 anos, dos quais quase sessenta de Cabo Verde, dedicados à sementeira espiritual e que frutificou. Mas o seu contributo para a elevação, também material, particularmente das gentes de São Nicolau, merece igual relevância. Criou oficinas e canais para a emigração para a Itália, onde temos uma das comunidades mais batalhadoras e integradas e que melhor tem aproveitado a oportunidade para elevar a sua formação pessoal e académica. O seu funeral espelhou o carinho que a população da ilha, e de Cabo Verde, nutriam por esse sacerdote. O facto de ter sido condecorado com



JOSÉ MARIA VARELA

a 1ª Classe da Medalha de Mérito, pelo Presidente da República, atesta o reconhecimento de toda uma Nação a este cabo-verdiano de adopção. Poderia repetir a mesma coisa sobre Nhô Padre Pio, que labutou com cabo-verdianos nas ilhas (Fogo e Brava) e na diáspora (EUA). Também este originário de Itália, a quem muito justamente se atribuiu a nacionalidade cabo-verdiana, foi igualmente condecorado por este Estado com a Medalha do Vulcão. E que dizer do aviador italiano, cidadão honorário do Sal, um dos primeiros pilotos a aterrar naquilo que passou a ser a ilha do aeroporto? Apenas que é um dos embaixadores desta terra sem oro nem diamante mas di morabeza. Por razões que são compreensíveis, falei destes cidadãos. Poderia ter falado de pessoas de variadíssimas nacionalidades e continentes que comungam deste mesmo caldo de cultura.

Opinião

Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2007

asemana

Maria do Livramento Monteiro, 72 anos, residente em Porto Novo, Santo Antão, está há cerca de seis meses à espera da oportunidade de se deslocar a São Vicente para se submeter a exames de mamografia e ecografia. O dossier desta paciente, que se queixa de problemas num seio, foi encaminhado pelo médico em Setembro último ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que tinha a responsabilidade de marcar os exames. Esta semana, o coordenador do INPS, Elói Neves, confirmou a este semanário que os exames ainda não foram marcados. Neves nega, contudo, que os documentos tenham sido remetidos ao INPS em Setembro. "Recebemos o pedido em Dezembro e foi solicitada ao HBS em Janeiro a marcação dos exames. Mas ainda não há uma data".

Por: CONSTANÇA DE PINA



EVACUAÇÃO INTE

Pacientes aguardam até

Maria do Livramento Monteiro é apenas um dos muitos nomes constantes da "lista de espera" de doentes que precisam ser encaminhados aos hospitais centrais da Praia e de São Vicente. A espera por uma decisão, que normalmente é de grande ansiedade para os doentes, dura, segundo algumas fontes abordadas por este jornal, entre dois e seis meses. Enquanto não chega a resposta do INPS, dizem estas fontes, os doentes entregam a sua saúde nas "mãos de Deus". A situação é ainda mais complicada, asseguram, se o doente necessitar de uma TAC (Tomografia Axial Computorizada). Isto porque, além do facto de existir no país um único aparelho — o do Hospital Agostinho Neto, Praia —, as consultas dependem de marcações, que são feitas exclusivamente pelos dois hospitais centrais. Também aqui a "lista de espera" é grande e, a agravar ainda mais as coisas, a máquina já teve pelo menos uma avaria de longa duração, que tornou ainda mais longa a lista.

O coordenador do INPS para a região

do Barlavento, Elói Neves, reconhece que a situação das evacuações é "muito sensível". Exactamente por isso, afirma, o Instituto Nacional da Previdência Social tem dedicado muito esforço e atenção a esta questão. "É tendência das pessoas fazer avaliações a partir dos casos em que tivemos um défice de tratamento, em relação à materialização da evacuação dos doentes. Esta é uma área que temos dedicado bastante esforço e onde deparamos com vários constrangimentos, resultante das condições desfavoráveis do país", esclarece.

E é com números que este responsável tenta mostrar o trabalho do INPS. Em 2006, por exemplo, em São Vicente registaram-se mil e 390 casos de evacuação. Desses, 470 pacientes vieram de Santo Antão. "Efectivamente temos casos que não foram atendidos, mas é preciso considerar os evacuados. Para além disso, o instituto comparticipa, em colaboração com o Hospital Baptista de Sousa, na deslocação de especialistas

para atender os segurados nos seus concelhos de residência. Reduzimos os custos, o período de espera e atendemos os utentes de uma forma mais abrangente — 30 a 50 pacientes são atendidos nas deslocações de um especialista", assegura Elói Neves, que aproveita para informar que, em 2006, foram atendidos mil e 526 pacientes directamente nas suas ilhas.

Mais de 42 mil contos com evacuações

A evacuação interna dos mil e 390 casos, e mais alguns casos externos, representou para o INPS, em termos de custos de estadia e transporte em 2006, cerca de 42 mil contos, mais dez mil contos do que em 2005. Sobre este particular, Elói Neves explica que esses números, que são ainda indicativos, não consideram as deslocações dos especialistas. São valores que, de acordo com este responsável, em termos de sustentabilidade do sistema previdencial, recomendam

alguma cautela, redução e mais controlo nas evacuações. "Esses valores têm também que ver com o facto de sermos ilhas. Embora não sejamos especialistas, pensamos que também têm uma relação com a alteração epidemiológica que se regista no país. A percepção que temos é que hoje existem outras enfermidades, como por exemplo cancros e doenças degenerativas, que exigem evacuações e tratamentos de longa duração".

Em relação ao tempo de espera para uma evacuação, explica Elói Neves, tudo depende das especialidades e da época do ano. Contudo, admite, os hospitais da Praia e de São Vicente estão quase sempre sob pressão. Mesmo assim é possível destacar alguns períodos que são considerados críticos, como o mês de Setembro, por exemplo, que os médicos normalmente aproveitam para gozar as suas férias. Há ainda determinadas especialidades que, "devido às carências do país em termos de especialistas", são normalmente



RNA DE DOENTES

seis meses por consulta

“mais difíceis. Só para citar um exemplo, posso destacar a especialidade de oftalmologia”.

Estes são, aliás, alguns dos factores que contribuem para que os doentes em lista de espera transitem para o ano seguinte. Sobre este particular, Elói Neves elogia o trabalho conjunto do INPS e do HBS desenvolvido ao longo do ano transacto, que conseguiu reduzir a lista de espera de 360 doentes em 2005 para 160 em 2006. “Normalmente, no primeiro trimestre do novo ano é dispensado uma atenção particular aos casos que transitaram. É possível que os casos apontados por **A Semana** estejam nesta lista”.

Aumenta demanda do TAC

Relativamente à Tomografia Computorizada (TC) ou Tomografia Axial Computorizada (TAC), Elói Neves indica que a especialidade é recente, mas já possui uma demanda considerável.

Por outro lado, afirma, a demora na marcação das consultas não depende do INPS, que se limita a analisar e dar algum seguimento aos processos. Isso porque as marcações são feitas directamente na Praia e pelos próprios hospitais. “É verdade que tem havido uma boa ligação e coordenação com os hospitais, inclusive neste momento estamos a trabalhar para materializar algumas medidas de melhorias”.

Questionado a precisar sobre as tais melhorias, Elói Neves informa que o Ministério da Saúde e o INPS estão a procurar desenvolver uma série de acções ligadas à questão das evacuações. Em jeito de exemplo, este responsável destaca o protocolo de entendimento entre as partes, em fase de implementação e que talvez esteja a encontrar algum obstáculo devido a dificuldades de comunicação. É que os protocolos são assinados, mas depois as informações não chegam às estruturas. “Dantes havia uma grande burocracia a nível das consultas, porque os pedidos de

evacuação precisavam ser visados pelo delegado de Saúde e só depois é que eram enviados para as representações do INPS. Estas ficavam encarregues de remeter esses pedidos a São Vicente ou Praia, consoante a região. O INPS canalizava então os pedidos aos hospitais centrais para a marcação da consulta e depois avisam às suas representações para estas informarem o doente”.

Para evitar esse “bailado” no mesmo lugar, o INPS e o MS chegaram a um entendimento e decidiram passar a gestão das evacuações, mais precisamente a marcação das consultas, para os hospitais. Agora, ao invés de enviar os atestados para o INPS, a DS envia o processo para os hospitais, que depois informam o instituto do processo. “Isso implica também alguns aspectos organizacionais. O que está previsto no acordo de entendimento é a criação nos hospitais centrais de um serviço ou gabinete, que dará uma atenção especial as evacuações que, como se

sabe, não se resume à marcação das consultas”.

E as vantagens desse novo método, acredita Elói Neves, são essencialmente para os pacientes, que ficam menos tempo longe de casa e empregos. Mas também o instituto beneficia, pois passa a arcar com menos custos. Isso porque, com uma ligação directa aos hospitais, as marcações de consultas, análises, exames e seguimento serão mais céleres. O protocolo integra ainda, segundo este responsável do INPS-São Vicente, as deslocações de especialistas, com programações feitas pelos próprios hospitais. “Por exemplo, neste momento o HBS está a preparar a deslocação de um urologista à ilha do Sal. A informação que temos é que existem cerca de 30 doentes inscritos à espera do especialista. O instituto, em função do número de doentes, comparticipa na deslocação. É mais eficiente porque atende mais pessoas e é económico”, conclui Elói Neves.



O Movimento para Democracia vai propor, no âmbito das negociações em curso para a revisão do Código Eleitoral, a existência de um sistema misto de círculo-ilha e um círculo nacional constituído pelos votos que sobram depois de eleito um determinado deputado. Esta é, segundo o seu presidente, Jorge Santos, uma das principais novidades da proposta ventoinha que será entregue ao parlamento. O maior partido da oposição vai também aceitar a introdução do voto electrónico e da tinta indelével no processo eleitoral, ao mesmo tempo que defenderá a antecipação da votação na diáspora, cujo processo deverá ser dirigido por uma comissão especial que dependerá da CNE.

ENTREVISTA CONDUZIDA POR: ALÍRIO DIAS DE PINA

– A problemática dos consensos continua a mobilizar a atenção dos cabo-verdianos. O MpD sob a sua liderança está pronto para viabilizar as negociações em curso com o PAICV para a busca de entendimentos em torno das questões essenciais para a vida do país?

– O MpD está pronto para procurar entendimentos e acordos com o PAICV sobre questões de regime. É a própria Constituição da República que assim o exige, para matérias relacionadas com iniciativas legislativas e nomeação de cargos exteriores à Assembleia Nacional e que só podem ser concretizadas através de maioria qualificada de dois terços dos deputados.

Nós gostaríamos que se compreendesse bem o âmbito dos entendimentos ou acordos. Não se trata de uma ideia vaga e ampla de busca de consensos em torno daquilo que o senhor jornalista chama de questões essenciais para a vida do país, mas sim questões do regime político e outras de natureza estruturante que exigem a intervenção do parlamento e que só podem ser aprovadas com maioria de dois terços.

Gostaríamos, por outro lado, que, à semelhança da ideia positiva que se procura criar à volta dos entendimentos e do seu estímulo, houvesse um mesmo empenhamento em termos de compreensão e de interiorização das regras do jogo democrático quando as nossas posições divergem, quando nos confrontamos marcando a nossa diferença ideológica, quando denunciámos aquilo que não está bem na governação do país, quando solicitamos a intervenção da Procuradoria Geral da República para investigar casos que indiciam a corrupção. É assim que se faz a política, pela cooperação quando há matérias

O MpD defende sistema misto d

para cooperar, mas essencialmente pela divergência e competição, pois somos partidos diferentes, com programas diferentes e ideologias diferentes.

CÓDIGO ELEITORAL

– Além do Código Eleitoral, Revisão da CR, Parceria Especial com a UE e posicionamento de Cabo Verde em relação à CEDEAO, que outras matérias precisam, na sua óptica, de serem negociadas e consensualizadas entre a oposição e o partido do governo?

– Foi constituída já uma comissão paritária MpD/PAICV, co-presidida pelos dois líderes dos grupos parlamentares, e que vão brevemente aprovar uma agenda de trabalho. O que lhe posso dizer é que, para além da revisão do código eleitoral e da revisão da CR, está nas nossas preocupações fundamentais, a nomeação dos juizes do Tribunal Constitucional e a entrada em funcionamento, o mais urgente possível, desse tribunal, a nomeação do Provedor da Justiça e dos membros do Conselho de Comunicação Social, o estatuto dos titulares dos cargos políticos, o estatuto especial administrativo para a Cidade da Praia e a revisão do estatuto dos magistrados judiciais.

Quanto à parceria especial com a União Europeia, trata-se de uma iniciativa que teve origem ainda quando o MpD era governo e em relação à qual no nosso programa político consideramos como a maior prioridade da política externa. Não conhecemos o conteúdo nem os contornos das iniciativas diplomáticas que o actual governo tem desenvolvido nesta matéria, pelo que há uma ausência total de informação, por isso não posso partilhar, neste momento, nada com o governo sobre esta matéria. Não basta falar de parceria estratégica, é preciso estabelecer o conteúdo e alcance dessa parceria e suas implicações para a inserção de Cabo Verde no mundo, quer do ponto de vista económico, como de segurança. Quando tivermos estas informações, pronunciaremos sobre o assunto.

Quanto à CEDEAO, a nossa posição é conhecida. A posição do Governo é indefinida e ambígua. Nós colocamos a questão, não em termos de dar ou não as costas à África, o que seria um autêntico disparate, mas sim em termos da viabilidade da integração económica regional, que é aquilo para a qual a CEDEAO foi criada e existe. Colocamos também a questão em termos de compatibilização dos objectivos da integração económica regional com os objectivos de uma pequena economia insular, que tem no turismo a sua principal actividade económica, virada para mercados de alto rendimento, que tem a segurança como um factor fundamental de desenvolvimento, o comércio e os investimentos orientados para os mercados europeu e os equilíbrios macro-económicos ancorados na paridade fixa entre a nossa moeda e o euro. Do ponto de vista da economia, não cremos existirem vantagens de integração para Cabo Verde. No entanto, o Governo poderá estar na posse de outros dados de natureza geo-estratégica e política que não conhecemos, por isso, não há ainda espaço para consensualização sobre o posicionamento de Cabo Verde face à CEDEAO

– Consta que o MpD já aprovou a sua proposta para a revisão do Código Eleitoral. De um modo

geral, em que consiste tal proposta?

– A nossa proposta é rica, bem fundamentada e tem como propósito principal garantir que todos os cidadãos possam, nos termos da lei, exercer o seu direito de voto de forma efectiva e cada vez mais perfeita e assegurar que o voto espelhe a vontade real dos votantes.

Vou-lhe referir os principais vectores que orientam a nossa proposta de revisão do Código Eleitoral: primeiro, desgovernamentalizar o processo eleitoral, através do reforço dos poderes da CNE sobre todo o processo, da garantia da sua independência, representatividade e imparcialidade e da integração da DGAE como serviço dependente exclusivamente da CNE e não do governo, como acontece actualmente. Segundo, embora não seja matéria de revisão do código eleitoral, é para nós prioritário que o Tribunal Constitucional comece a funcionar em pleno com a devida antecedência relativamente às próximas eleições autárquicas, pois trata-se também de um tribunal eleitoral. Terceiro, é preciso realizar um novo recenseamento, essencialmente oficioso, organizado e controlado pela CNE e pelos partidos políticos. Quarto, aumentar o pluralismo nas comissões e postos de recenseamento e nas mesas de voto e a transpa-



Entramos para as eleições para ganhar em todas as frentes e governar com outros valores e orientado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

rência no acesso aos cadernos de recenseamento. Quinto, tornar eficaz e segura a emissão e entrega de bilhetes de identidade e de cartões de eleitor a todos os inscritos, sem discriminação de qualquer espécie. Sexto, na emigração, defendemos que aos consulados e embaixadas deverão ser retirados poderes determinantes na organização do recenseamento e das eleições nos círculos do estrangeiro. Uma comissão eleitoral independente, representativa e imparcial, na dependência funcional da CNE deverá assegurar essas funções. Para além disso, defendemos a antecipação da votação na emigração, de modo a que ela não ocorra após o fecho das urnas em Cabo Verde. Sétimo, defendemos e propomos o reforço dos mecanismos de isenção e imparcialidade da Administração Pública em eleições, a criminalização, com sentido gravoso, da campanha no dia de reflexão, da “boca de urna” e da corrupção eleitoral e, por último, propomos a revisão do contencioso eleitoral de forma que os crimes eleitorais não beneficiem os infractores.

– Pode precisar que modelo de círculo eleitoral o MpD preconiza a nível do país ou das ilhas?

– Ainda não aprovámos a nossa proposta de modelo de círculo eleitoral, o que vai acontecer nos próximos dias, mas posso-lhe adiantar que o actual modelo está desvirtuado, pois a criação de mais concelhos aumentou o número de círculos que elegem dois deputados, com consequências sobre a quebra substancial do princípio da proporcionalidade. Estamos a apontar para a existência de círculo-ilha e para um círculo nacional constituído pelos votos sobranes, ou seja, os votos que sobram depois de eleito um determinado deputado.

– E no tocante aos círculos da emigração?

– Também está em fase de consensualização interna e nos próximos dias teremos uma posição final sobre o figurino destes círculos. Quero adiantar, no entanto, que não defendemos a redução do número de deputados pela emigração. Que isto fique claro.

– Que mudanças o seu partido avança em relação à estruturação e ao funcionamento da CNE e da DGAE?

– Defendemos uma CNE com poderes e recursos

para organizar e controlar todo o processo eleitoral, incluindo o recenseamento, a emissão de cartão de eleitor, a composição e localização das mesas e a confecção de boletins de voto. Propomos que a CNE seja presidida por um juiz de carreira experiente e que sua restante composição dê garantias de independência, representatividade e imparcialidade. Quanto à DGAE, propomos que ela passe a serviço dependente exclusivamente da CNE. O pessoal da DGAE deve preencher requisitos de isenção e imparcialidade similares aos exigidos para outros corpos cuja independência é vital para o funcionamento do sistema democrático.

– A proposta do MpD preconiza que tipos de documentos para a identificação do eleitor?

– Bilhete de identidade e cartão de eleitor. A nossa proposta abre a possibilidade de existência de um único cartão de identificação do cidadão, passível de funcionar designadamente como BI e cartão de eleitor.

Defendemos o princípio da obrigatoriedade do BI para todos os cidadãos maiores de 18 anos e a isenção de quaisquer taxas e emolumentos na emissão de BI para os cidadãos maiores de 18 anos.

TINTA INDELÉVEL

– O MpD vai aceitar ou não a proposta da introdução da tinta indelével para a confirmação do voto de cada eleitor avançada pelo PAICV?

– Até o ano 2000, estávamos convencidos que a arquitectura legal e a administração do sistema eleitoral eram suficientes para garantir que não houvessem fraudes eleitorais generalizadas. Por isso, o MpD sempre se opôs à introdução da tinta indelével, que é um elemento utilizado para evitar que um eleitor vote mais de uma vez numa determinada eleição. Mas é um elemento utilizado em países que realizam eleições democráticas pela primeira vez e em países onde as instituições funcionam com grandes deficiências e não garantem o controlo de actos fraudulentos como o acto de votar mais do que uma vez.



Somos pela regionalização efectiva do país

Hoje, sabemos que a fraude é uma realidade, por isso vamos dar o nosso acordo para que seja introduzida a tinta indelével, embora estejamos conscientes que o uso da tinta para manchar o dedo do eleitor não é um sinal de modernidade.

– Que alterações a oposição propõe quanto ao calendário das eleições autárquicas, legislativas e presidenciais?

– Relativamente às presidenciais entendemos que deverá haver suficiente distanciamento relativamente às eleições legislativas.

– O MpD propõe mudanças em relação ao processo de recenseamento eleitoral, à publicação dos cadernos e ao funcionamento das Comissões de Recenseamento Eleitoral (CRE)?

– Relativamente ao recenseamento propomos que ele seja permanente e que seja reforçada a sua oficiosidade, publicidade e transparência. A nossa proposta clarifica os modos de prova de identidade e nacionalidade para efeitos de recenseamento eleitoral, proíbe a inscrição no recenseamento de pessoas nascidas no estrangeiro que não constem do registo de nacionalidade. Propomos normas que reforçam a publicidade dos eleitores que votam em cada assembleia de voto, facilitam o acesso dos partidos políticos, candidaturas e eleitores aos cadernos de recenseamento, o controlo das condições de manipulação informática do recenseamento, um muito maior controlo da exclusão e transferência de eleitores dos cadernos eleitorais e antecipação da data em que os cadernos eleitorais devem chegar às mesas de voto.

Quanto ao funcionamento das CRE, defendemos a institucionalização do pluralismo nas comissões e postos de recenseamento e da formação dos membros das comissões e postos de recenseamento.

– É favorável à introdução do voto electrónico?

– Esta é uma possibilidade que, se não estou em erro, existe no actual código eleitoral. Desde que realizado em condições de segurança e transparência e esteja

sujeito a controlo e auditoria independente, não temos nenhum problema.

– Que outros aspectos constam da proposta do MpD para a revisão do CE?

– A nossa proposta que visa a isenção e imparcialidade da Administração Pública em eleições. Defendemos a proibição e a punição de certas práticas administrativas como lançamentos de primeiras pedras, inaugurações, concessão de subsídios e benesses, donativo de bens a eleitores, em períodos pré-eleitorais ou eleitorais.

Outra proposta nossa vai no sentido de limitar fortemente os gastos nas campanhas eleitorais através de proibição de utilização de determinado tipo de materiais de campanha, como acontece actualmente no Brasil. O que tem acontecido em Cabo Verde, a nível nacional, é um autêntico escândalo e convida os partidos políticos para financiamentos ilegais e relações perigosas.

Estas propostas vão no sentido da moralização do comportamento do Governo, dos serviços do Estado e dos partidos políticos em matéria eleitoral e de incutir nos cidadãos a ideia do voto responsável. O voto não pode ser transformado numa mercadoria. Esta é uma luta que vamos fazer em sede da revisão do código eleitoral, na sensibilização das populações e na denúncia dessas práticas, a nível nacional e internacional.

– Para quando esta proposta do MpD será entregue ao parlamento?

– Na segunda semana de Março.

– Quais são as ideias forças do MpD em termos da Revisão da Constituição?

– No momento próprio serão divulgadas. A agenda para a revisão constitucional, em termos de data, vai ser concertada a nível da Comissão Paritária.

– Qual é o projecto ou a proposta do MpD para a regionalização do país?

– Para nós a regionalização é uma decisão política que se fundamenta na natureza arquipelágica do país,

nas relações históricas de complementaridade entre as ilhas e na necessidade colocar o território como o apoio e o eixo da estratégia de desenvolvimento.

Regionalizar é, para nós, uma importante decisão de aprofundamento da reforma do Estado. Significa atribuir às comunidades de cada ilha ou de um conjunto de ilhas, capacidade, própria e/ou delegada, para se autogovernarem em domínios do seu interesse específico. Encaramos as ilhas como economias que devem ser integradas e complementares, com funções de desenvolvimento económico e social, capacidade de decisão, recursos financeiros e orientadas para a conexão com o mundo na base nas suas riquezas humanas, culturais, patrimoniais, naturais e especificidades e da sua competitividade territorial.

Estas são as ideias chaves que do nosso ponto de vista podem contribuir melhor aproveitar as potencialidades de cada ilha e aumentar o potencial de criação de riqueza do país, tornar o planeamento e a gestão dos recursos mais eficazes, reordenar a Administração Pública, aproximando os serviços dos cidadãos e das empresas e reforçar a democracia e a promoção do bem-estar social e económico das comunidades locais.

Temos previsto a realização de um fórum sobre os modelos de regionalização e em 2008 poderemos avançar com uma proposta de lei quadro sobre a regionalização do país para debate público.

– Vêm aí as eleições autárquicas. Quais serão as metas do MpD?

– Manter as actuais câmaras municipais e conquistar a Praia e Santa Catarina são os nossos principais objectivos. Não vamos enfrentar quaisquer dificuldades em conseguir listas fortes vencedoras para os municípios do Fogo, Santa Cruz, Paul e restantes concelhos do país. Entramos para as eleições para ganhar em todas as frentes e governar com outros valores e orientado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

AUTÁRQUICAS 2008 MOVIMENTAM MINDELO

Pelo menos três candidatos deverão disputar a presidência da Câmara Municipal de S. Vicente nas eleições de 2008. O MpD, com Isaura Gomes, deverá enfrentar um bloco constituído pelo PAICV, PTS e Movimento Modernizar S. Vicente, que terá à testa Onésimo Silveira, ou Filomena Martins, ministra da Educação. A UCID conta também estar na corrida, com um candidato que pode ou não ser António Monteiro, já que este renunciou ao mandato de vereador para encabeçar a lista de deputados do seu partido à AN.



ONÉSIMO SILVEIRA



ISAURA GOMES



ANTÓNIO MONTEIRO

A disputa pode ser a três

Os partidos políticos e personalidades de S. Vicente começam a se posicionar para as eleições municipais de 2008. A disputa promete ser renhida, e poderá contar com pelos menos três concorrentes: Isaura Gomes, Onésimo Silveira e António Monteiro.

Isaura Gomes reiterou no último fim-de-semana, em Assomada, onde participou na reunião da Comissão Política do MpD, que está disponível e pronta para o embate de 2008.

Além de Gomes, há também sinais de que Onésimo Silveira, o ex-presidente da Câmara, pretende voltar a disputar o posto, na qualidade de independente ou encabeçando uma lista no quadro de uma eventual aliança entre o PAICV, PTS e Movimento Modernizar S. Vicente. A UCID também estará na corrida, faltando ainda saber se com António Monteiro ou com outro nome.

Não obstante os sinais, todas as forças políticas alegam ser cedo para pronunciamentos taxativos sobre o assunto. A escolha dos nomes, segundo os mesmos, deverá obedecer a alguns critérios, nomeadamente o da preferência do eleitorado, o que passa pela realização de estudos de opinião.

A Semana está, no entanto, em condições de avançar que o bloco político formado pelo PAICV, PTS e Movimento Modernizar S. Vicente, que localmente ganhou as últimas eleições legislativas e presidenciais, poderá concorrer com um candidato de consenso. Até agora as preferências das bases têm recaído sobretudo em Onésimo Silveira e Filomena Martins.

“Onésimo Silveira encontra-se já em contacto pelos

bairros, respondendo ao chamamento de alguns municípios que o querem ver a disputar novamente a presidência da edilidade sanvicentina nas municipais de 2008. Mas ainda não está decidido que Silveira vá concorrer como independente ou no quadro de uma eventual aliança a estabelecer com algumas das forças políticas em presença. Tudo está ainda em aberto”, assevera uma fonte que lhe é próxima.

À figura de Onésimo Silveira e Filomena Martins se juntarão nomes de outros dirigentes do citado bloco político que, segundo garante o responsável máximo dos tambarinas na ilha, constarão de uma sondagem a ser realizada proximamente. “Com base nos resultados dessa sondagem é que se vai escolher, de forma científica, um dos candidatáveis”, revela. “Será escolhido aquele que tiver maior preferência do eleitorado para disputar as autárquicas de 2008”, garante João do Carmo, para quem esse processo só ficará concluído em Janeiro de 2008.

Carmo salienta que o objectivo cimeiro do PAICV é ganhar a Câmara de S. Vicente com uma candidatura própria. Mas o político avança que o seu partido está aberto a todos aqueles que desejam acabar com a “péssima gestão” de Isaura Gomes. “Apelamos à participação de todos aqueles que, durante as próximas autárquicas, desejam constituir connosco um bloco único para lutar contra a péssima gestão da actual Câmara de Isaura Gomes, que envergonha o povo de S. Vicente”.

Leitura bem diferente sobre este particular tem o co-

ordenador cessante e membro da CP nacional do MpD, João Santos. Este rebate que Isaura Gomes tem feito um bom trabalho em S. Vicente e adverte que num país democrático e pluralista, como é Cabo Verde, há críticas, sobretudo de sectores da sociedade que nem sempre estão satisfeitos com o desempenho das instituições.

Santos conclui, por isso, que é quase certo que o MpD vá apoiar a recandidatura de Isaura Gomes à Câmara de S. Vicente. “É natural que o MpD venha a apoiar a recandidatura da Isaura Gomes às próximas eleições autárquicas, dado o trabalho que ela vem desenvolvendo por S. Vicente”.

A UCID anuncia, na voz do seu presidente António Monteiro, que disputará a Câmara de S. Vicente com uma candidatura autónoma. “Embora seja ainda cedo, posso avançar que a UCID concorrerá às eleições autárquicas de 2008 com uma candidatura autónoma à Câmara de S. Vicente. Quem vai ser o candidato do partido não me perguntem neste momento. É que tanto pode ser António Monteiro, cuja renúncia ao cargo de vereador é algo que poderá ser contornado juridicamente, como pode recair numa outra pessoa”.

Monteiro afirma que está posta de parte a hipótese de o seu partido se coligar com quaisquer outras forças políticas e assegura que a UCID está já a trabalhar a sua estratégia para o próximo embate eleitoral. António Monteiro conclui avançando que é já seguro que a UCID concorrerá também com listas próprias nos concelhos da Praia e do Porto Novo.

Alirio Dias de Pina

Djabraba pa Frente quer governar com transparência

Djabrabapa Frente (DpF), que tem como um dos principais fundadores o deputado do PAICV José Domingos Lopes, vai concorrer, com candidato próprio, às eleições autárquicas de 2008. Governar com transparência e para servir a ilha Brava constitui o objectivo principal desta candidatura.

Lopes confirma que a decisão já foi tomada e o trabalho no terreno está sendo desenvolvido neste sentido.

“O grupo fixa como objectivo principal governar com transparência, com o povo e para o povo da ilha Brava”, avisa aquele responsável, que é também deputado da nação pelo PAICV.

A mesma fonte assegura que Djabraba pa Frente tem todas as condições para ganhar os próximos embates eleitorais. “A nossa base de apoio, que vem desde

quando fomos impedidos de concorrer pela primeira vez à Câmara pelo governo do MpD, está praticamente intacta e connosco. O DpF tem todas as condições para ganhar as próximas eleições autárquicas. Digo isso porque falo com as pessoas e sou um filho desta ilha sempre com os pés fincados na terra”.

Ou seja, José Domingos está menos preocupado com a candidatura do MpD à Câmara ou de uma eventual recandidatura de Camilo Gonçalves, até agora suportado politicamente pelo PAICV. “Quando houver baile todo o mundo irá dançar. Depois veremos quem dançará e sairá melhor desse baile”, remata aquele engenheiro naval de profissão, ex-emigrante nos EUA.

Mas o DpF está ainda por definir o seu candidato à presidência da edilidade

bravense. É que, além de José Domingos, há outras figuras influentes que são próximas ao PAICV, como é o caso de Carlos Andrade. “O candidato do DpF será escolhido oportunamente. Posso ser eu, pode ser ou uma outra pessoa do grupo. Gostava, no entanto, de cumprir o meu mandato de deputado até ao fim”, desabafa Lopes.

A possível candidatura deste grupo de independentes poderá, na perspectiva de observadores atentos, beneficiar principalmente o MpD e beliscar a base eleitoral do PAICV. Pois, os dirigentes deste estão divididos quanto a um eventual apoio à recandidatura de Camilo Gonçalves, cuja gestão vem sendo posta em causa através das denúncias de alegados casos de corrupção tornados públicos pelo vereador

e dirigente tambarina Moisés Santiago, e retomadas recentemente numa petição-solicitação subscrita por 347 cidadãos. Uma assembleia municipal para esclarecer este caso está ainda por ser convocada.

Opinião bem diferente tem o responsável do PAICV na Brava. “A candidatura do DpF em nada afectará a base eleitoral do PAICV, porque a intenção desse grupo de independentes camuflados é já sobejamente conhecida. O PAICV, não ter outro candidato, vai apoiar a recandidatura de Camilo Gonçalves, seja qual for a leitura que determinadas pessoas possam ter sobre a sua gestão”, diz Ernesto Machado, para quem o partido decidirá sobre essa matéria durante a conferência do sector, que acontecerá dentro de dias.

ADP



Novas cedulas já são emitidas na Praia e em São Vicente

Novos passaportes arrancam em Lisboa

Os novos passaportes cabo-verdianos, com maiores níveis de segurança que os actuais, passam a ser emitidos, a partir de segunda-feira, no Consulado de Cabo Verde em Lisboa. O acto simbólico será presidido pelo ministro da Administração Interna, Júlio Correia, que se fará acompanhar pelo seu homólogo português, António Costa. É que Cabo Verde contou com a ajuda de Portugal para levar avante a modernização dos seus passaportes.

As novas cédulas, que já são emitidas em Cabo Verde pelos centros da Praia, Mindelo, Sal e Fogo, incluem aspectos inovadores como fotografia digitalizada, o que, em princípio, as torna mais seguras, já que mais difíceis de falsificar. Ainda não se tratam dos passaportes electrónicos que o governo pretende adoptar dentro de dois anos, mas de uma solução intermédia, até que seja possível introduzir aquele tipo de documento com base totalmente electrónica. *“Os países não vão poder fugir aos passaportes electrónicos, que são de longe muito mais seguros que os actuais”*, prevê Júlio Correia.

O acto oficial que marca o início da emissão dos novos passaportes cabo-verdia-

nos no exterior está previsto para a próxima segunda-feira, 19, em Lisboa. Depois disso Júlio Correia regressa a Cabo Verde, após uma semana na Europa. Em Berlim, o ministro participou num congresso internacional sobre os desafios que se colocam à segurança nos tempos que correm. Conforme revelou a este jornal, a partir da Alemanha, manteve contactos com as autoridades desse país no sentido de retomarem e aprofundarem a cooperação outrora existente com Cabo Verde no domínio da segurança.

Mais do que isso, segundo Correia, a Cidade da Praia pretende envolver Berlim no *“pacto de segurança”* do Atlântico Médio actualmente existente entre Cabo Verde e Portugal, Espanha, EUA e União Europeia. É ao abrigo do referido *“pacto”* que navios desses países têm vindo a patrulhar as águas deste arquipélago, de modo a afastar delas todo o tipo de actividade ilícita, tanto no domínio do tráfico de drogas, terrorismo internacional, como de pesca ilegal na sua ZEE.

A Alemanha, recorde-se, detém a presidência da UE neste semestre, seguindo-se Portugal. *“Não nos podemos esquecer tam-*

bém”, recorda Júlio Correia, *“que a Alemanha é quem começou por defender a actual política de segurança europeia, começando primeiro a Leste, alargando-se depois a outras zonas. Entendemos que é preciso agora fechar o círculo no Atlântico Médio, e é aqui que entra Cabo Verde”*, diz o entrevistado de **A Semana**.

Um dos dossiers que Cabo Verde pretende levar avante com a ajuda da Alemanha é o da instalação e operacionalidade dos Serviços de Informação da República (SIR), actualmente em curso. A Alemanha poderá, inclusive, ajudar a formar os quadros desse departamento criado no final do ano passado e que visa, de um modo geral, fortalecer o combate ao crime organizado, terrorismo internacional, entre outros, em Cabo Verde.

Caso das italianas mortas

Entretanto, a propósito do assassinio das duas jovens turistas italianas ocorrido na semana passada, no Sal, Júlio Correia salienta que Cabo Verde não deseja o crime, mas, quando estes acontecem, há meios eficazes de os combater. Referindo-se ao caso em apreço,

aquele governante destaca que em poucas horas os suspeitos foram presos e apresentados à Justiça. Este facto, de acordo com o ministro, mostra à opinião pública italiana, em especial aos seus governantes, que Cabo Verde é um Estado de Direito.

“No quadro das tradicionais relações de amizade e cooperação existente entre Cabo Verde e a Itália, as autoridades italianas sabem que somos um Estado de Direito, onde a lei se cumpre. Elas confiam em Cabo Verde, porque sabem que aqui os crimes são punidos. E o facto de os alegados assassínios das duas turistas terem sido presos e apresentados em poucas horas ao tribunal fala por si”, afirma.

Correia lamenta, entretanto, o sucedido às duas jovens italianas mas recusa que este *“episódio isolado”* possa significar uma *“escalada da violência”* em Cabo Verde. *“Trata-se de um episódio, triste e lamentável, que deve ser situado no contexto em que aconteceu. Fala-se, inclusive, em móbil passionnal. Resta agora deixar que a justiça funcione”*, conclui (sobre este assunto ver ainda o Suplemento que acompanha esta edição).

Cabo-verdiana expulsa regressa a França



Suzilene, vítima da lei Sarkozy

Graças a uma ordem directa do ministro do Interior francês, uma cidadã cabo-verdiana que estava a estudar em França, mas que foi expulsa deste país por se encontrar ilegal, voltou a Paris na semana passada. Suzilene Monteiro, 18 anos, tinha sido repatriada para Cabo Verde num avião militar a 12 de Outubro de 2006, depois de passar 12 dias num centro de detenção em França, e mais de quatro meses no arquipélago à espera de um visto.

Suzilene, tal como cerca de outras 30 pessoas, tinha sido expulsa do país ao abrigo da *“circular Sarkozy”*, uma lei aprovada recentemente pelo ministro do Interior que não permitia que jovens filhos de emigrantes maiores de idade, e sem documentação, continuassem os estudos em França.

A jovem foi notificada pela Polícia de Fronteiras a 2 de Outubro de 2006 e retida num centro de detenção durante 12 dias, até ser repatriada para

Cabo Verde. Há quatro meses que estava no arquipélago e, segundo o jornal francês *“Le Monde”*, queixava-se de que em Cabo Verde *“não havia emprego e que a violência estava a aumentar de dia para dia”*.

No entanto, na sequência de protestos dos colegas da jovem, Nicolas Sarkozy pegou no dossier e interveio junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que concedeu um visto de estudante à cabo-verdiana. Suzilene, que vivia desde 2003 em França, foi repatriada para Cabo Verde devido à nova lei, que entrou em vigor no início do ano lectivo de 2006/2007, mas como tinha entregue um pedido para visto de estudante junto do ministério antes da lei entrar em vigor, Sarkozy reconsiderou o seu caso.

Neste processo foi determinante o apoio dos seus colegas do liceu profissional Valmy de Colombes

(Hauts-de-Seine), que através de diversos protestos, inclusive com uma greve que durou mais de três semanas, conseguiram convencer o ministro a *“pegar no dossier”*, refere o *“Le Monde”*. Sarkozy acabou por admitir que nada impedia Suzilene de ter um visto para prosseguir os seus estudos.

O gabinete do ministro, conta o jornal francês, considera o caso de Suzilene um exemplo. *“É importante que se faça respeitar a lei, tanto num sentido como noutro. Suzilene foi reconduzida à fronteira porque estava em situação ilegal. Mas uma vez que tinha entregue um pedido de visto na embaixada, ela acabou por conseguir o documento para prosseguir os seus estudos”*, disse ao *“Le Monde”* um conselheiro de Sarkozy. Porém, sublinha que sem a intervenção directa do ministro a cabo-verdiana nunca teria conseguido autorização para voltar a França.

LIGAÇÕES MARÍTIMAS RÁPIDAS INTER-ILHAS



Nacionais e estrangeiros investem em catamarãs

Cabo Verde está a conhecer uma revolução silenciosa a nível dos transportes marítimos. Além do processo de registo das duas unidades da Moura Company (MC), que se encontra numa fase avançada, há dois grupos de operadores que já manifestaram junto do Instituto Marítimo-Portuário em instalação interesse em investir nessa área.

O governo, na voz do ministro das Infra-estruturas e Transportes, anuncia que Cabo Verde poderá, até final deste ano, dispor de ligações marítimas rápidas inter-ilhas, através de *Catamarãs*. Isto, segundo Manuel Inocêncio Sousa, desde que tudo decorra como está previsto.

A medida está sendo aguardada com alguma expectativa junto da sociedade cabo-verdiana, porquanto poderá vir a ter um impacto positivo no fomento do turismo e no transporte de cargas inter-ilhas. É que, a confirmar-se, a abertura das linhas de *Catamarãs* constitui, na óptica de operadores, uma autêntica revolução a nível do

sector marítimo-portuário, já que funcionará como uma alternativa em relação às ligações aéreas da TACV, cujas passagens são caras e os voos são irregulares.

O executivo está a conduzir com muita cautela esse dossier. Tudo na perspectiva de não defraudar a confiança dos mentores de tais projectos, que se escusam, por ora, a falar sobre o assunto. Mas este jornal está em condições de avançar que há dois grupos de operadores, que integram nacionais e estrangeiros, que querem investir nas linhas de ligações marítimas rápidas.

Fornecemos as informações todas que solicitaram sobre o registo e a indústria de transportes marítimos em Cabo Verde e estamos aguardando novos contactos desses grupos, avança Zaferino Fortes, presidente da Comissão Instaladora do Instituto Marítimo-Portuário, que se recusou, no entanto, a avançar mais pormenores sobre o negócio.

Mais avançado está o processo de registo das unidades da Moura Company, que poderá, conforme outras fontes deste jornal, ficar desbloqueado a qualquer momento. A empresa, dispõe já em S.Vicente, na Avenida 12 de Setembro, de uma representação a funcionar com dois trabalhadores. Abordado por este jornal sobre as previsões para o começo das carreiras rápidas entre S.Vicente e Santo Antão, o presidente da MC, António Moura, mandou dizer, através da sua secretária, que nada de concreto tinha para avançar neste momento, prometendo que só falará à imprensa quando tudo estiver operacional.

Os dois catamarãs da MC foram adquiridos em regime de hipoteca na Venezuela e encontram-se, depois de reparados nos estaleiros da Cabnave, atracados no Porto Grande de Mindelo há cerca de dois anos. Tudo por causa da falta dos documentos exigidos para o registo dos mesmos.

Alirio Dias de Pina

Técnicos americanos atestam segurança no aeroporto da Praia

Técnicos do Departamento para a Segurança nos Transportes dos EUA efectuaram uma inspecção ao Aeroporto da Praia e concluíram que a infra-estrutura, a única do país de momento com voos directos para os EUA, continua a merecer o certificado LPD – Last Point Depart. A missão, segundo o presidente do Instituto da Aviação Civil, Valdemar Correia, foi averiguar se todos os procedimentos de segurança específicos para os EUA são escrupulosamente cumpridos antes da partida das aeronaves de Cabo Verde.

“Já decorreu um ano desde que o Aeroporto da Praia recebeu a classificação LPD, que é atribuído aos aeroportos de onde partem voos directos para o espaço norte-americano. Deste modo, os técnicos da TSA – Departamento para a Segurança nos Transportes – vieram certificar a aplicação dos procedimentos e decidir se o aeroporto deve continuar a merecer esse certificado”, explica Correia, assegurando que o ADP passou neste teste rotineiro.

Segundo Valdemar Correia, os aeroportos do Sal e da Praia ostentam o certificado LPD mas apenas o da capital foi sujeito à mais recente inspecção, por ser, neste momento, o único ponto de partida dos voos comerciais com destino aos Estados Unidos.

A equipa de peritos da TSA passou quatro dias em Cabo Verde e trabalhou em parceria com a AAV, a ASA, a Polícia Nacional e a TACV.

Entretanto, Cabo Verde vai ser palco da próxima reunião dos países que formam o chamado Grupo do Acordo de Banjul: Nigéria, Libéria, Gana, Guiné-Conacri, Serra Leoa, Gambia e Cabo Verde.

O encontro decorre na cidade da Praia entre 19 e 21 de Março, com a presença de aproximadamente 60 participantes, que representam dos mencionados países do Acordo de Banjul, da União Africana, da ICAO e das empresas de construção de aeronaves Boeing e Airbus.

Recorde-se que o “Acordo de Banjul” envolve sete países africanos abrangidos pelo COSCAP – Projecto Cooperativo de Desenvolvimento da Segurança Operacional de Aeronavegabilidade Contínua – uma iniciativa criada sob a chancela da ICAO, Organização da Aviação Civil Internacional.

Kim-Zé Brito

Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2007

5ª semana

Correio das Ilhas

TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8,5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7,5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1,0
08-12-2006	Mercado Monetário Interbancário	6,00
09-12-2007	Taxa Base Anual	3,04
Títulos da Dívida Pública		
09-02-2007	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	3,13
19-01-2007	Obrigações de Tesouro - 5 anos	5,41

TAXAS NO MERCADO DE INTERVENÇÃO

Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2007-02-08	TIM	182	3,838	340.000.000,00
2007-02-01	TIM	182	4,031	40.000.000,00
2007-01-25	TIM	182	3,883	320.000.000,00
2007-02-12	TRM	7	3,438	800.000.000,00



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 14-02-2007

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	72,220	72,361
SUICA	CHF	100	6.786,257	6.799,033
DINAMARCA	DKK	100	1.478,047	1.480,736
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	164,435	164,738
JAPAO	JPY	100	69,729	69,856
NORUEGA	NOK	100	1.358,105	1.360,795
SUECIA	SEK	100	1.201,550	1.204,407
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	84,575	84,777
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,594	11,796

Jornalista congolês pede asilo a Cabo Verde

O jornalista congolês Tumba Suety, de 33 anos, pediu asilo político a Cabo Verde. Fugitivo no seu país, ele foi condenado à morte por ter, algadamente, pactuado com o assassinato de Laurent Desiré Kabila, ex-presidente da República Democrática do Congo (RDC).

O pedido foi feito a partir de uma carta subscrita pelo advogado José Pinto Monteiro, que espera agora uma resposta das autoridades cabo-verdianas, no caso o ministro Júlio Correia. Tumba Suety está em Cabo Verde há uma semana e desde então que se encontra sob a alçada da Polícia Nacional, na Direcção de Emigração e Fronteiras no Aeroporto Internacional da Praia.

O jornalista, natural de Kivutu, foi nomeado, em Março de 2000, assessor do gabinete de Eddy Kapend, na altura adjunto de campo do Chefe de Estado da RDC e primo de Laurent Desiré Kabila, que mais tarde o tribunal considerou culpado por estar envolvido na morte do ex-presidente.

Devido à sua proximidade com Eddy Kapend, Tumba Suety também foi condenado à morte pelo assassinato do então Presidente da RDC. Entretanto, fugiu da prisão, viajou para Cabo Verde e agora é procurado pelas autoridades congolêsas, para que cumpra a sua pena de morte.

José Augusto Fernandes, presidente da Organização de Apoio aos Estrangeiros de Cabo Verde (OAE-CV), disse ao "asemanaonline" que está "seguro que o governo cabo-verdiano vai deferir o pedido de asilo do jornalista". "Ainda não sei de prazos, mas acredito que o MAI está a investigar o caso, averiguando a verdade dos factos, e que rapidamente vai solucionar o caso", afirmou.

A irmã do jornalista também foi condenada à morte, conseguiu fugir também, e foi-lhe concedido asilo político em França, através da OFPRA (Gabinete Francês para a Protecção de Refugiados e Ex-patriados). Segundo o "site" dos Repórteres sem Fronteiras, o Congo é um país onde "a legislação relacionada com a imprensa é injusta e, com frequência, os jornalistas são enviados para o Centro Penitenciário e de Reeducação. São normais as ameaças de morte, as detenções abusivas e a brutalidade policial perpetradas contra os profissionais da informação". CA

DJ da Comercial esfaqueado dentro da rádio

O DJ da Rádio Comercial, Djodjô, foi ontem esfaqueado no edifício onde funciona a rádio. O animador foi encaminhado para o Hospital Agostinho Neto, onde está a fazer exames.

Djodjô saía da rádio para ir almoçar quando um homem, que aparentemente o esperava nas escadas, o atacou com uma arma branca.

O DJ tentou fugir da agressão e correu para uma casa no mesmo andar da Rádio Comercial. Aí continuou a ser esfaqueado pelo indivíduo, mesmo em frente da dona da casa onde Djodjô tentou refugiar-se. Segundo disse esta vizinha da Comercial ao "asemanaonline", Djodjô terá levado mais de 30 facadas. Nas escadas da rádio e na casa da vizinha, "da sala, ao quarto, na cozinha", permanecem agora as marcas do crime, "com sangue espalhado por todo o lado", contam testemunhas.

Entretanto, apareceu um jovem que com um pau conseguiu impedir que o atacante continuasse a esfaquear o radialista.

A Polícia Judiciária esteve no local tentando apurar o que aconteceu, mas o atacante conseguiu escapar. Em declarações à RCV, Djodjô, que está livre de perigo de vida, disse que o seu agressor deve "ser um doente mental". "Aparenta ter 25 anos, é magro e tem a pele clara", avançou.



Jovem que matou colega ouvido em tribunal

Começou ontem, 15, o julgamento do jovem Maiúca, acusado de assassinato do seu colega de turma, Eliseu Pinto, no pátio da Escola Técnica da Praia, onde estudavam. Durante a sessão, não aberta ao público, a juíza de menores, Ana dos Reis, terá ouvido o acusado, que estava a aguardar o julgamento em casa, e algumas testemunhas da acusação.

Dependendo do andar do processo, outras sessões deverão ser marcadas para este mês. Ontem, participaram da audiência as famílias de Maiúca e de Eliseu e dois técnicos do Instituto da Criança e do Adolescente (ICCA). A Curadoria de Menores deverá levar em conta, para além dos depoimentos, o relatório produzido por esse instituto, que fez o acompanhamento psicológico do arguido e da sua família e da família da vítima.

Maiúca, de apenas 15 anos, é acusado de assassinar a facadas, no

passado dia 26 de Janeiro, o seu colega de turma e carteira, dentro da Escola Técnica. Eliseu Semedo Pinto, que estudava o 10º ano, não resistiu aos graves ferimentos e veio a falecer, horas depois, no Hospital Agostinho Neto (HAN).

Segundo as testemunhas, os dois alunos teriam se envolvido numa briga na cantina da escola, no último intervalo do período da tarde, mas, conforme contam, tudo começou dentro da sala de aula. Os dois rapazes, que se sentavam lado a lado, começaram por rabiscar e a rasgar o caderno um do outro, e acabaram por se enfrentar durante o intervalo.

Depois disso, relatam, como Eliseu terá levado a melhor na briga, Maiúca correu à sua casa, regressando com a faca com que haveria de matar o seu amigo e colega de carteira. A vítima foi esfaqueada pelas costas várias vezes, sendo atingida no pescoço, à

frente dos colegas. Encaminhado de imediato para o HAN, Eliseu não resistiu e faleceu na madrugada do dia seguinte.

A morte de Eliseu causou grande comção, sobretudo por se tratar de um crime cometido por um adolescente e dentro de uma instituição de ensino. Alunos e direcção da Escola Técnica prestaram, dias depois do acontecido, uma última homenagem ao aluno Eliseu, com uma marcha silenciosa que percorreu a Achada de Santo António e a avenida Cidade de Lisboa até a localidade de Vila Nova, onde a vítima residia.

Muitos pais e encarregados de educação temem a segurança dos filhos e criticam a falta de uma lei penalizadora para os adolescentes. A **Semana** sabe, no entanto, que uma nova legislação relativa a crimes de menores deverá entrar em vigor dentro de menos de um mês. SF

Fogo: Santa Catarina quer mais emprego

Os munícipes de Santa Catarina do Fogo querem mais emprego, segundo o presidente da Comissão Instaladora do Município, Aqueleu Barbosa Amado, que tem seguido um programa de visita a cada uma das comunidades da sua autarquia.

Precariedade na habitação, no emprego público, na formação profissional para os jovens, na saúde pública. Esta é a situação com que o presidente da Comissão Instaladora se tem deparado nas visitas que têm o objectivo não só de escutar os problemas e dificuldades das pessoas, mas também saber como lhes dar uma solução. Roçadas, Fonte Cabrito e Monte Vermelho são algumas das localidades que já receberam a visita do edil.

A Comissão espera assinar, no decorrer deste mês, um contrato-programa com o governo para aumentar o emprego público e, consequentemente, melhorar a vida das populações do município. Hermínia Bastos, consultora do projecto integrado do município, e Avelino Bonifácio, presidente da Plataforma das ONGs em Cabo Verde, estiveram reunidos com o presidente da Comissão Instaladora, a discutir e planificar as actividades do projecto.

Aqueleu Barbosa Amado revelou que a Comissão Instaladora já adquiriu um terreno para nele se construir os paços do concelho, uma das necessidades do seu concelho.

Nicolau Montrond Centeio



PRAIA, CIDADE POSITIVA

A cidade da Praia é, inquestionavelmente, a mais importante cidade deste país e é, também, sem sombra de dúvidas, a mais cosmopolita das urbes deste arquipélago. Só um (a) cego (a) ou desconhecedor (a) do significado das palavras é que prefere ver coisas onde elas não existem. Basta andar pelas ruas desta Cidade para dar de caras com representantes das mais diversas culturas. São pessoas que vêm para cá com um objectivo definido: crescer profissionalmente e o mosaico de diferentes sotaques, idiomas, cores e estilos reflecte-se não só nas actividades profissionais, mas no dia-a-dia da cidade.

Praia é, realmente, uma cidade que deveria ser objecto de um estudo sociológico ou doutra ciência social qualquer. Na verdade, o ódio profundo, o desprezo xenófobo e a raiva canina que tantos, do passado ao presente, lhe dedicaram eram suficientes para deitar qualquer cidade abaixo. Mas não a Praia! Na verdade, ela tem mostrado ser mais forte e mais audaz do que os seus algozes, bastando-se a si própria, com garra, reinventando-se a cada passo, não vivendo do passado e procurando contribuir para o engrandecimento nacional.

Praia está-se nas tintas para o modo como os escarnecedores pensam nela: antes procura olhar para a frente e quer ombrear com as capitais (essas, e só essas, é que são suas concorrentes) da nossa sub-região! A Praia ri-se quando, muitos para esconderem as suas próprias fraquezas e seu despeito, apodam-na dos piores impropérios, procurando fazer comparações, baseados em realidades incomparáveis, como se a demografia e a dimensão dos problemas ligados a um crescimento descontrolado estivessem nos mesmos planos. É interessante o facto de, apesar desta urbe ter, incommensuravelmente, muito mais constrangimentos do que alguns "paraísos nacionais", ao contrário destes, nela o marasmo insiste em não fazer morada, antes tudo que aqui é plantado, dá resultado. Não se tem conhecimento de algum investimento público ou privado feito na Praia que tenha sido um "flop". Porque será?! Tal facto também merece ser estudado!

Praia é o que é, cheia de inúmeros problemas ainda mal resolvidos, não os escondendo, antes convive com eles, esperançada, contudo, que um dia (muito breve, esperemos) eles desapareçam, ou, pelo menos, fiquem muito mais mitigados! Praia poderia apresentar-se através de postais turísticos, mostrando apenas o Meio de Achada de S. António, pois este troço é uma das porções melhor planificadas e arrumadas do País, urbanisticamente falando, e deixar de fora todas as zonas problemáticas, à semelhança do que fazem outras partes do território nacional. Mas não! Sabe que os seus calcanhares de Aquiles existem: saneamento, habitação social, estética e arrumação urbanas, falta de infra-estruturas sociais, espaços verdes, etc., sendo todos escolhos perturbadores da imagem da própria Cidade.

Praia tem vários combates pela frente, todos eles difíceis, mas não tenciona desistir nem entregar os pontos. Pelo contrário, procurará, como o apóstolo Paulo ensinou, combater o bom combate, com a

ajuda de Deus e de todos aqueles que fizeram e fazem desta Cidade o seu ninho de amor, local de vivência e arena de realizações e satisfações pessoais.

Um dos maiores combates que a Praia tem pela frente, é o de despir da mente do praiense, a ideia incutida em seu subconsciente de que falar da Praia ou defender a Praia é subversivo e provocatório, só podendo tais acções, quando muito, ser objecto de sussurro numa esquina escura ou em botequins de fama duvidosa. Como diriam os penalistas, o desvalor da acção torna-se acentuado quando o agente comete o «crime» de exigir uma melhor Praia, pois esta deveria estar, perenemente, satisfeita por ser a capital e ser a sede do governo. Exigir mais é correr o risco de anatematização! Como tenho escrito, é patriota e portador de uma mente aberta, aquele que defende (legitimamente, é certo) mais investimentos para o seu (nosso) torrão natal, mas é um delinquente aquele que ousar pôr-se em bicos dos pés para chamar a Praia (esta, num passe de mágica, deixa de ser de todos nós, para ser, apenas e só, a casa dos praienses), à mesa dos problemas e das soluções.

Outrossim, a Praia jamais aceitará, por ser um disparate e um bairrismo primário, a ideia de que o desenvolvimento de qualquer parte do território nacional passe pelo retrocesso da Praia ou de Santiago. Ou seja, porque a Praia cresce, em grande medida, por causa da ajuda do privado que não investe por questões afectivas, mas investe lá onde tira o maior rendimento do seu capital e lá onde tem mercado, logo maior número de consumidores/habitantes, há que estancar esse crescimento sob pena de o todo desmoronar. Como um amigo meu disse, esse é o desenvolvimento de uma bem conhecida teoria comunista: "Ricos, sejam menos ricos para que os pobres sejam menos pobres". Na era do empreendedorismo, essa teoria já não faz sentido!

Praia não quer (nunca quis) que nenhuma Ilha, vila, aldeia ou cidade deste país vá mal! Praia é generosa demais para ter esse estado de espírito, apesar de alguns não terem esse sentimento recíproco em relação a ela! Tudo bem, que se há de fazer?! Praia quer continuar a ser uma cidade positiva, e como capital de Cabo Verde (por isso, de todos, independentemente do local de nascimento de cada um), pretende transformar-se num ícone deste país, uma sala de visitas arrumada e bela que orgulhe todos os cabo-verdianos.

Igualmente, ela deseja que cada qual reorienta a sua vocação (veja-se o exemplo fantástico da Ilha do Sal) e deixe de olhar para a Praia como a causa de suas frustrações e complexos. Se na Praia se fazem estradas asfaltadas modernas, é porque existem aqui car-



JOÃO GOMES

ros em maior quantidade do que os de todas as ilhas juntas; se os americanos preferiram investir a maior parte do dinheiro do MCA no Porto da Praia é porque sabem ser ele o mais robusto e lucrativo dos portos cabo-verdianos; se se vai continuar a investir até termos um aeroporto internacional a sério, é porque a demanda assim exige, e assim por diante... Viabilidade e eficácia económicas como *leit-motiv* das decisões!

Para aqueles que insistem em manter-se isolados, quais deuses dum Olimpo trôpego, vendo genialidade nas acções banalíssimas que praticam, pondo-se em bicos dos pés como se fossem portadores de genes únicos e especiais, ao mesmo tempo que desprezam, de forma visceral, esta importante porção do território nacional, deixo algumas estrofes de "Apesar de Você", uma das mais belas canções do grande Chico Buarque:

Apesar de você
Amanhã há-de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria.
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há-de vir
Antes do que você pensa
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente?
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente

Sexta-feira, 16 de Fevereiro de 2007

Ponto de vista
semana

SECTOR DO LOTO	
Concurso N°2007/06 de 11 de Fevereiro de 2007	
TOTOLOTO Números Extraídos: 3 - 7 - 17 - 20 - 28 - 43 1.º Prémio.....623.211,50.....1a)..... 623.211 2.º Prémio.....249.284,606..... 41.547 3.º Prémio.....373.926,90.....167..... 2.239 a) Da Agência n° 126-Praia	JOKER Número Premiado: 051557 1.º Prémio..... 2.800.504,500.....(JACKPOT) 2.º Prémio..... 68.586,500.....(JACKPOT) 3.º Prémio..... 102.879,754..... 25.719 4.º Prémio..... 171.466,2521..... 8.165
Previsão para esta semana (Concurso 07 de 18-02-07)	
TOTOLOTO	JOKER
700 000\$00	3 200 000\$00
Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!	